



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Nilto Tatto

Apresentação: 30/04/2025 13:01:53.443 - CMAI

REQ n.41/2025

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO Nº /2025
(Sr. Nilto Tatto)

Requer, nos termos regimentais, a realização do Seminário “Racismo Ambiental e transição energética Justa”, em conjunto com a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais.

Senhora Presidente,

Nos termos do art. 24, inciso XIII c/c art. 32, inciso XXVI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a realização Seminário, de forma híbrida, com o tema “**Racismo ambiental e transição energética**”, no âmbito da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Para o debate convidamos as/os seguintes participantes:

1. 2 Representantes do Instituto de Referência Negra Peregum;
2. Representante do Instituto – INESC;
3. Representante da Terra de Direitos;
4. Representante do Instituto Pólis;
5. Representante da CONAQ;
6. Representante da APIB;
7. Representante do Instituto da Mulher Negra Geledés;
8. Representante do IDS Socioambiental;
1. Representante do Instituto Socioambiental – ISA;



* C D 2 5 7 5 9 3 0 9 6 6 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal Nilto Tatto

10. Representante do Instituto DuClima;
11. Representante da Comissão Guarani-Iwrupa;
12. Representante da Rede Por Adaptação Antirracista;
13. Representante do Instituto Alana;
14. Representante da ANMIGA;
15. Representante da Coalizão Negra por Direitos;
16. Representante do Movimento de Atingidos por Barragens;
17. Representante da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social — AEDAS

JUSTIFICATIVA

Os eventos climáticos extremos decorrentes do aquecimento global e das mudanças climáticas vêm atingindo de maneira devastadora populações e territórios da cidade, do campo, das águas e das florestas, em todos os biomas e regiões brasileiras.

Mesmo sendo global, os impactos produzidos pelas excessivas chuvas, deslizamentos, ondas extremas de calor e secas acompanham a estrutura social desigual — de classe, raça e gênero — atingindo de forma nefasta populações negras, periféricas, territórios tradicionais, indígenas, quilombolas e camponeses em todo o país.

Devemos considerar, igualmente, os desastres sociotecnológicos que testemunhamos nos últimos anos, com ampla visibilidade em decorrência do alto nível de danos causados ao meio ambiente e às populações das regiões afetadas, resultando em mortes e degradação da vida nesses territórios.

Essas populações têm vivenciado tragédias preveníveis e evitáveis, que deveriam ser objeto de atenção prioritária de políticas públicas com medidas efetivas de adaptação, mitigação e reparação. Estudos e diagnósticos de organismos nacionais e internacionais já previam os eventos catastróficos ocasionados pelo aumento da temperatura global, atualmente em 1,5°C, segundo o Relatório de Avaliação (AR6) do IPCC, de 2023.

Por outro lado, a transição energética, embora necessária para combater as





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal Nilto Tatto

mudanças climáticas, pode exacerbar o racismo ambiental, impactando desproporcionalmente comunidades negras e indígenas. Estudiosos definem como racismo ambiental qualquer medida, prática ou ação pública que afete, direta ou indiretamente e de forma diferenciada, pessoas, grupos, comunidades ou territórios por motivo de raça ou cor (Bullard, 1983).

A instalação de infraestruturas de energia renovável, como parques eólicos e solares, frequentemente ocorre em territórios dessas comunidades, sem consulta adequada e gerando impactos negativos em seus modos de vida.

A exploração de minerais para baterias e tecnologias limpas pode levar à degradação ambiental e à violação de direitos humanos em áreas habitadas por minorias étnicas.

Nesse sentido, a relação entre racismo ambiental e transição energética revela como a busca por soluções sustentáveis pode, inadvertidamente, perpetuar desigualdades raciais. Comunidades marginalizadas, historicamente expostas à poluição e degradação ambiental, correm o risco de serem excluídas dos benefícios da transição energética. É crucial garantir que a transição seja equitativa, promovendo justiça ambiental e energética para todos.

Diante disso, o objetivo deste seminário é apresentar diferentes debates acerca do racismo ambiental no Brasil, reforçando a necessidade de colocar a temática como pertencente ao debate de transição energética.

Sala das Comissões, Brasília, 30 de abril de 2025.

NILTO TATTO

Deputado Federal - PT/SP

